



Financiamento de campanha

► **O Brasil precisa começar a tratar de forma transparente o tema, sem ingenuidade ou subterfúgios**

Uma hora vamos ter de falar a sério a respeito do financiamento da política no Brasil. Não do que está escrito na legislação, que todo mundo conhece e quase ninguém obedece, mas de como as coisas efetivamente funcionam. De como partidos e candidatos arrumam dinheiro para custear suas campanhas nos períodos eleitorais (algo que não é barato). E também de como se mantêm nos anos sem eleição, pagando equipes, custos operacionais e a infraestrutura de que precisam (o que tampouco é barato).

Trato aqui do financiamento da política propriamente dita e não das falcaturas e picaretagens que abundam em seu entorno. Pequenos e grandes esquemas pululam, de oportunistas que usam o argumento das “despesas políticas” como disfarce para botar dinheiro no bolso, comprando apartamentos, viagens à Europa e coleções de joias.

Uma coisa é arrecadar recursos para gastar em disputas eleitorais, outra é desviar, com esse subterfúgio, dinheiro para uso privado. Em boa parte do mundo, é nítida a diferença entre as duas situações, com clara distinção entre elas. Partidos e lideranças podem ser criticados e punidos por se financiar de maneira irregular, sem que sejam tratados como bandidos (o que não quer dizer que não existam). Os espertalhões que inventam tramoias

para enriquecer não merecem respeito.

Tome-se o esquema das rachadinhas, usado durante décadas por Bolsonaro e seus familiares, um caso de duplo desrespeito à legislação, trabalhista e política. Tomar dinheiro do salário de funcionários é o mesmo que assaltá-los todo mês e justificá-lo com o argumento dos “gastos políticos” é pura cara de pau.

Igualmente falso é o político dizer que não precisa de dinheiro em suas campanhas, que recebe a “contribuição espontânea” de amigos e entusiastas, oferecida de graça. Quem for tolo que acredite, por exemplo, que Bolsonaro não gastou “quase nada” em sua campanha presidencial.

É fácil compreender por que, no Brasil, um candidato “rico” prefere não ostentar a riqueza, pois a maioria pobre da sociedade teria dificuldade de vê-lo como capaz de representá-la (em outros lugares, como os Estados Unidos, ao contrário, os ricos gostam de se dizer ricos). E há uma crença generalizada de que somente os partidos que fazem campanhas “baratas” conseguem expressar os interesses da maioria.

A origem dessa lenda talvez seja o PT. Entre muitas originalidades, o Partido dos Trabalhadores foi aquele que logo se tornou grande e competitivo sem ter milionários em seus quadros. Nos primeiros tempos, o partido vivia quase que apenas de contribuições de militantes e gente comum, aqui e ali engordadas com rifas, bingos e sorteios.

Foi para não conceder ao PT o discurso do “tostão contra o milhão” que as campanhas dos adversários passaram a camuflar o que arrecadavam e gastavam. Em 1989, no confronto Lula vs. Collor, a regra foi essa: o estratosférico financiamento da campanha de Collor foi quase todo subterrâneo, às escondidas do

eleitorado. Na aparência, uma disputa equilibrada, mas completamente assimétrica na realidade.

Cristalizou-se ali o padrão que temos até hoje, de observação formal de uma legalidade ignorada. Todo mundo finge que obedece às leis, mas as adapta à sua maneira. Punida ou liberada, a contribuição empresarial às campanhas sempre existiu. Para alguns partidos, as grandes empresas doam com um sorriso no rosto. Para outros, só quando são obrigadas.

A campanha contra o PT, iniciada na época do mensalão e nunca interrompida, mostra o caráter disfuncional do arranjo que temos. Nele, o sistema político torna-se vulnerável às investidas de agentes corporativos com interesses próprios, especialmente no Judiciário e no Ministério Público. De acordo com suas antipatias e simpatias, inventam “culpas” e “inocentes”, apesar de todos agirem de modo igual. A defunta Lava Jato foi seu ápice e ruína.

A discussão sincera do financiamento da política é também aquela dos limites entre governo e partidos, estabelecendo o que é legítimo na atuação administrativa e o que é subordinar políticas públicas a finalidades político-eleitorais. Até que ponto um governante pode ir ao instrumentalizá-las? Até que ponto é livre para usar recursos da sociedade na busca de apoio e vantagens?

É inútil esperar que alguém como o capitão Bolsonaro modere seu apetite e considere que há limites éticos que não podemos transpor. Se depender dele, usará qualquer arma para se perpetuar no poder, como mostra o que aconteceu neste ano com o auxílio emergencial e as discussões que suscitou. A questão é o que a sociedade pretende fazer para evitá-lo. •

redacao@cartacapital.com.br